

TANIA REGINA NOGOSEKE

O DEBATE SOBRE A LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, da Universidade Federal do Paraná.

Turma: T
Professor: Iverson Ladewig

Professora Orientadora Vera Moro

Dedico este trabalho
a todos os profissionais e
futuros profissionais da Educação
Física para que não desanimem em construir
uma Educação Física crítica e construtiva em nossa sociedade.

//

AGRADECIMENTOS

A Deus,

A meus pais,

Aos meus amigos,

Aos meus professores e

Principalmente ao meu marido e

Minha filha que encheram de vida a minha vida!

SUMÁRIO

RESUMO	V
1 INTRODUÇÃO	01
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	01
1.2 JUSTIFICATIVA.....	01
1.3 OBJETIVOS.....	02
2 REVISÃO DE LITERATURA	03
2.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL : ALGUNS ASPECTOS DE SUA CONSTITUIÇÃO E DO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL...	03
2.2. O MOMENTO DA CRISE DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA.....	10
2.2.1 O debate político ideológico da Educação Física brasileira na década de 80.....	12
2.2.2 O debate epistemológico da década de 90.....	15
3 CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	19

RESUMO

O estudo apresentado traz a história da Educação Física desde a sua implantação no Brasil colônia até os dias atuais. A Educação Física só perdeu o seu caráter militarista quando a sociedade brasileira entrou em crise após a queda da ditadura militar e com a abertura política e a vários fatores internos da área que necessitavam de reestruturação. Em crise, a Educação Física passou a ser refletida e discutida, mais a divergência entre os profissionais ocasionou uma crise interna que mais tarde gerou uma crise em sua identidade. A Educação Física ficou polarizada em duas vertentes a biológica e a pedagógica e continua buscando pela sua legitimidade como área de estudo, conhecimento e como integrante da sociedade brasileira, avançando em suas discussões e no encaminhamento de uma prática pedagógica séria e coerente.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Desde a introdução da Educação Física no Brasil até os dias atuais, a profissão do Educador Físico não conseguiu enraizar-se e muito menos se firmar como componente curricular e como formadora do indivíduo para a sua inserção na sociedade brasileira. Encontrou muitas barreiras para ser introduzida na sociedade brasileira, sofreu com a discriminação de seu conteúdo, por se tratar de um conteúdo prático que trabalha o físico e o manual, desprestigiadíssimo em relação ao trabalho intelectual.

No final da década de 70 e no decorrer dos anos 80, inicia-se uma grande discussão no interior da Educação Física, embalada, entre outros, pelo momento de redemocratização do país. Neste período podemos dizer que a Educação Física entra em crise, e como consequência disto, surgem várias formas de se pensar a área, levando esta a um intenso debate entre os profissionais que compuseram este momento histórico.

Na busca da 'identidade' da Educação Física nos deparamos com questões que, segundo LIMA (2000) passam a ser sintomas imediatos de sua 'crise'. "A Educação Física é uma ciência? Qual o seu objetivo? Qual é a ciência da qual, nós, profissionais de Educação Física seríamos praticantes? Qual o lugar da Educação Física no espectro dos saberes?" (LIMA, 2000, p.14)

Frente a este quadro de crise e de uma reestruturação da área, pergunta-se: DE QUE FORMA PODEMOS RESPONDER PELA LEGITIMIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA?

1.2 JUSTIFICATIVA

Ao ingressarmos em uma graduação esperamos deste curso nossa realização profissional e o nosso desenvolvimento dentro da sociedade, estes são os nossos objetivos, que nos levam a enfrentar e atravessar as dificuldades. Pensando agora

sobre o nosso curso de graduação, o que esperamos dele? O que nós como futuros profissionais poderemos desenvolver e qual é a nossa responsabilidade como Educadores Físicos?

A nossa função perante a sociedade e como forma de manter a saúde e prevenir as doenças não fica clara e específica e nem é condizente afirmar que estas são as formas de legitimar a Educação Física brasileira, “ a Educação Física não é ela mesma... a sua identidade e o seu desenvolvimento são totalmente determinados a partir de fora” (BRACHT, 1992, p.14)

O debate sobre a sistematização da legitimidade da Educação Física brasileira pretende responder questões e solucionar problemas de sua crise, bem como definir o papel do educador físico e o seu lugar como ciência. O estudo sobre cada período de progresso deve ser analisado e discutido, contribuindo assim para que futuros acadêmicos possam visualizar a continuação da história da Educação física brasileira.

1.3 OBJETIVOS

A pesquisa realizada tem por objetivo sistematizar o debate em torno do problema da legitimidade da Educação Física brasileira.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.2.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS DE SUA CONSTITUIÇÃO E DO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

A Educação Física tem sua inserção no Brasil durante o período colonial. No Brasil colônia o trabalho manual era repugnado pelos brancos que dominavam a sociedade brasileira, este tipo de trabalho era desvalorizado em relação ao trabalho intelectual, pois somente os escravos e os empregados é que se ocupavam com trabalhos manuais.

“... a ética colonial repudiava o trabalho. O branco livre não se imaginava exercendo uma profissão que lhe exigisse ocupação manual”.(FREIRE, 1989, p. 54).

Assim a elite colonial valorizava a Educação Física somente em seu sentido lúdico de preenchimento do tempo e, juntamente com a Igreja Católica se opunha a Educação física nas escolas, pois entendiam que esta conduzia o culto ao corpo, o que era contrário aos ensinamentos de que a alma era o que havia de mais importante e o corpo que teria vindo do pó ao pó voltaria. Com esta falta de valorização OLIVEIRA (1994, p. 49) comenta a visão da época:

“... exercícios não são educativos, pois cultuam o corpo com finalidade, quando ele é um meio ou instrumento a serviço da alma...”.

Após o período colonial a Educação Física foi sendo introduzida na sociedade brasileira com respaldos nas instituições militares e na categoria profissional dos médicos. Segundo MELLO (2000, p. 101).

“A valorização da prática sistematizada de exercícios físicos pelos militares, se inseriu, por sua utilidade, na manutenção da preparação física do combatente, como também, por sua utilidade, no processo disciplinar da tropa e no desenvolvimento do espírito de corpo”.(MELO, 2000).

A célula máter da Educação Física no Brasil foi a *Escola de Educação Física do Exército*, instituída no ano de 1810, onde o conceito de Educação Física cresceu e pode ser esclarecido para a sociedade. A influencia militar não parou por aí, pois mais

tarde duas instituições foram fundadas: a *Escola de Educação Física da força Policial do Estado de São Paulo*, em 1907 e a o *Centro Militar de Educação Física* também em São Paulo, em 1922.

O pioneirismo das Forças Armadas na Educação Física foi enfatizado por MELO (2000), ao afirmar que "parece claro que os militares foram os pioneiros a incluir em seus programas de formação, disciplinas ligadas à prática de exercícios físicos" (p.3) e "fundamentalmente foram os militares os primeiros professores de Educação Física do país" (p.1).

Durante o período Imperial brasileiro, tivemos em 1828, o primeiro livro brasileiro de educação Física, escrito por Joaquim Jerônimo Serpa o "Tratado de Educação Física – Moral dos meninos", que demonstrava a saúde do corpo e a cultura do espírito.

Pela lei de n. ° 630, em 1851, inclui-se a ginástica nos currículos escolares, preconizando a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas primárias e secundárias praticada quatro vezes por semana durante 30 minutos.

Nas escolas a elite se opôs à prática, principalmente em se tratando do sexo feminino, "... querem (...) que não se exercitem na ginástica, porque podem se machucar ou mesmo se ferir".(MAFRA, citado por Castellani Filho, 1989, p. 58).

Em 1860, foi introduzida como modelo para a Educação Física brasileira a ginástica alemã, e em 1867, o médico Dr. Eduardo Pereira de Abreu, publica "Estatutos Higiênicos sobre a Educação Física, Intelectual e Moral do Soldado", que colocava o valor da Educação Física para o soldado, tratando dos exercícios sobre a moral das tropas.

A Educação Física durante este período foi tratada, com relevância pela categoria profissional dos Médicos, que se proclamavam a mais competente das categorias profissionais. Eles promoviam a educação do físico e à saúde corporal, impondo esta condição aos educadores físicos, pois julgavam serem eles, os médicos, a categoria mais apta e por isso dominavam e direcionavam as outras áreas.

Propunham um corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente em detrimento a um corpo relapso, flácido e doentio, assim incentivavam o racismo e os preconceitos sociais ligados a ele, definindo o papel da Educação Física que ficou caracterizada como higienização do corpo.

A higienização do corpo propunha a raça pura, onde os homens se tornariam mais aptos para defenderem e construir a pátria e as mulheres se tornariam mães mais robustas, transformando-as em meras reprodutoras para aumentar a raça Branca ou raça Pura.

Um dos fatos mais notáveis durante o Brasil Império, foi o parecer de Rui Barbosa, sobre o projeto de “Reforma do Ensino Primário”, onde ele coloca a Educação Física como elemento indispensável à formação integral da juventude e mostra a evolução da Educação Física nos países mais avançados do mundo, defendendo-a como elemento de formação intelectual, moral e espiritual da juventude.

“... cabe aqui ressaltarmos o fato de que o esforço de se lançar mão da Educação física como elemento educacional – ainda que com conformidade com uma visão de saúde corporal, saúde física, eugênica – enfrentava barreiras arraigadas nos valores dominantes do período colonial, sustentáculos do ordenamento social escravocrata, que estigmatizaram a Educação física por vinculá-la ao trabalho manual, físico, desprestigiadíssimo em relação ao trabalho intelectual, este sim, afeto à classe dominante, enquanto o outro se fazia pertinente única e tão somente aos escravos”.(CASTELLANI FILHO, 1989, p. 75).

No ano de 1882, Rui Barbosa reformou o ensino primário e várias instituições complementares da Instituição pública, incluindo como matéria nos programas escolares a ginástica, sendo que seu horário seria diferenciado do recreio e do horário pós-aula. Assim Rui Barbosa definia a presença da Educação Física nas instituições de ensino do sistema escolar brasileiro.

“... com a medida proposta, não pretendemos formar nem acrobatas nem Hércules, mas desenvolver na criança o quantum de vigor físico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da pátria e a dignidade da espécie...” (RUI BARBOSA, citado por Castellani Filho, 1989).

Em 1922, ocorreu à criação do Centro Militar de Educação Física, que deveria ter, entre outros objetivos, o de ministrar cursos preparatórios para a formação de instrutores de Educação Física. Entretanto, este Centro começou a atuar efetivamente, em 1929, com a realização de um curso provisório de formação. A turma formada, em 1929, foi considerada a primeira, diplomada por curso oficial.

Após o período imperial brasileiro, o início da Primeira República marcou o começo da profissionalização da Educação Física brasileira, onde em 1929, na III Conferência Nacional de Educação, esta questão entrava em pauta.

“... métodos mais adequados de Educação Física em escolas primárias e secundárias, à formação profissional de seus docentes e sobre a prática pedagógica dos professores frente aos obstáculos existentes no cumprimento de suas funções”. (CASTELLANI FILHO, 1984, p. 47).

“... se de todo cientes da completa missão que lhes compete, não tiverem os professores, sólida instrução teórica e prática, e não forem superiormente orientados, por um educador, que deve ser além de psicólogo avisado, um engenheiro biólogo, teoricamente documentado e de uma competência técnica acima de toda a crítica...” (AZEREDO, citado por Castellani Filho, 1984, p. 50).

Ainda no Brasil República encontramos o Ginásio Nacional com a prática de tiro ao alvo, saltos, peteca, tênis, etc... Após a Revolução de 1930, já em 1931, a Reforma Francisco Campos, torna a Educação física obrigatória no ensino secundário. Surgem aí, as escolas superiores de Educação Física.

Na década de 30, a Educação Física passou a concretizar uma identidade moral e cívica que zelava pela segurança Nacional, eugenia da raça e adestramento físico em caso de perigo de guerra ou auxiliando no processo de industrialização.

Em 1930, o Ministério da Guerra promove uma reestruturação no Centro Militar de Educação Física, ligando-o, didática e diretamente, ao Estado-Maior do Exército, e, administrativamente, ao próprio Ministério da Guerra. Nesta mesma data, também foi transferido o Centro Militar para a Fortaleza de São João, na Urca.

Esse Centro, em 1931, passou a ser um estabelecimento independente, dentro do Exército. Dois anos depois, o Centro Militar foi substituído pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), criada, inicialmente, para formar instrutores, monitores, mestre d'armas, monitores de esgrima e médicos especializados, sendo aos civis, também permitido, tomarem parte dos cursos.

A Educação Física com a criação do Estado Novo por Getúlio Vargas e a Constituição outorgada passou a ser primeiramente inserida em seu contexto. Após a 2ª Guerra Mundial e a queda de Getúlio Vargas, o povo, cansado da opressão, deixou de lado os desfiles escolares, as paradas, as demonstrações de ginástica, a disciplina

etc... Após alguns anos, a Educação Física escolar passou a ser praticada por milhares de alunos, sendo desvinculada de seu caráter militar e político.

“No Estado Novo ocorreu uma inquietação, ainda maior, com os rumos da Educação Física, quando foi levantada a necessidade de uma escola nacional padrão, principalmente, por meio de sua grade curricular. Pela primeira vez, após a criação do curso de Educação Física, ocorreu a preocupação com o currículo escolar”.(CANTARINO FILHO, citado por Castellani Filho, 1982, p. 78).

Nas duas primeiras décadas deste século, foram criadas as primeiras escolas de formação de professores de Educação Física as quais não faziam parte do meio militar: Escola de Educação Física do Estado de São Paulo - EEFUSP e Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil - ENEFD.

O grande passo para a criação de uma escola nacional foi dado, com a criação da Divisão de Educação Física (DEF), do Ministério da Educação e da Saúde (MES), pela Lei No 378 de 13 de janeiro de 1937.

A criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (ENEFD), que teve como principais funções à formação de profissionais para área de Educação Física, imprimir unidade teórica e prática no ensino na área do país, difundir seus conhecimentos, realizar pesquisas que apontassem os caminhos mais adequados para a Educação Física brasileira.

O primeiro currículo de ensino da Educação Física universitária surgiu, segundo COSTA, citado por Castellani Filho (1998), apenas na década de 30, contudo, o primeiro currículo reconhecido e divulgado, como de padrão nacional, foi o do curso superior da ENEFD, mais especificamente, em 1939. A partir desta data, muitas foram às críticas e comentários sobre as diretrizes curriculares e a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. A ENEFD recebeu a responsabilidade e incumbência na formação de equipes de especialistas em Educação Física para o meio civil.

Porém, cabe ressaltar o parecer de MELO (1999, p. 11), que ao descrever a ENEFD a caracterizava como: "(...) uma escola civil extremamente militarizada, sendo, no início, uma continuação do projeto militar, dentro da Universidade do Brasil". FARIA JUNIOR (1987, p. 73), reafirmou o mesmo posicionamento, ao explicar que, mesmo com a

criação das escolas civis, o caráter militar das escolas de Educação Física era, predominantemente, marcado pela influência militar.

MELO (2000, p.18) corroborou com tal assertiva ao descrever que "Nesse processo de preparação, criação, instalação e construção, a ação dos militares foi inegável e de suma importância", considerando a EsEFEx como célula máter, a origem da ENEFD. FERREIRA NETO (1999, p. 9) reafirmou estes dados ao narrar que "Os militares são os responsáveis pelo processo de escolarização da Educação Física brasileira".

Prova disso é a formação inicial da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFUSP). No princípio da formação da EEFUSP, foram comissionados quinze professores, para fazerem o Curso de Nível Superior ministrado pela EsEFEx, em 1933, uma vez que não se dispunha de professores especializados, diplomados no Brasil, para dar início às atividades desportivas da EEFUSP. A base de sustentação das escolas de Educação Física no Brasil começou a estruturar-se nesse período, pois antes disso, existiam apenas professores leigos, em geral, estrangeiros radicados no Brasil e nenhuma organização administrativa.

A influência militar na Educação Física durante o regime militar, fez surgirem inúmeros cursos superiores de Educação Física, sendo, em 1968, registrados quatro escolas superiores de Educação Física no Estado de São Paulo; em 1975 este número evoluiu para 36 e dois anos depois, constataram-se mais de 100 escolas no Brasil.

O governo brasileiro, tendo como o principal pressuposto, a necessidade da melhoria da aptidão física da população como um todo, com a ajuda dos militares e tecnoburocratas, elaborou leis, decretos e currículos escolares que definiram a natureza científica da pesquisa nesta área, cuja finalidade era consolidar uma formação de mentalidade pragmático-tecnicista em consonância com o projeto Ideológico-Estatal mais amplo.

O Decreto-lei nº 5343 de 25 de março de 1943, ainda vigente, que dispõe sobre a habilitação para a direção da Educação Física nos estabelecimentos de ensino de grau secundário, reconhece que os diplomas de instrutor de Educação Física, expedidos pela Escola de Educação Física do Exército, ficam equiparados, para todos os efeitos, aos diplomas de licenciado em Educação Física. Este reconhecimento foi um passo

importante no incentivo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do profissional de Educação Física.

Contudo, observa-se na história da Educação Física uma distância entre as concepções teóricas e a prática real nas escolas. Isto é, nem sempre os processos de ensino e aprendizagem acompanharam as mudanças, às vezes bastante profundas, que ocorreram no pensamento pedagógico desta área. Como exemplo, a educação em comum para meninos e meninas numa mesma turma, que era uma proposta dos escola-novistas desde a década de 20, porém essa discussão só alcançou a Educação Física escolar muito tempo depois.

2.2. O MOMENTO DA CRISE DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

A Educação Física vai viver em fins da década de 70 e durante a década de 80, uma profunda crise de identidade, levando esta a uma crítica interna e o seu redimensionamento das concepções pedagógicas, das abordagens metodológicas e dos paradigmas que balizavam a produção científica.

A crítica interna e a crise em sua identidade foram resultados de uma sociedade que desejava mudanças após anos de ditadura militar e a conseqüente abertura política. Muitos profissionais da área desejavam uma mudança e uma reestruturação da Educação Física, o que com a abertura política teve oportunidade de se iniciar.

Alguns profissionais como Go Tani e João Freire saíram do país em busca de novas perspectivas e uma nova metodologia para a área. Outros profissionais optaram por buscar em outras áreas de conhecimento como a pedagogia, a filosofia e a pedagogia, concepções novas e uma mentalidade diferente ao início desse período.

Os profissionais que buscaram novas perspectivas voltaram com propostas diferenciadas e começaram a debater e questionar suas idéias. Cada profissional tinha uma linha de pensamento, pois a busca por novas perspectivas foi diferente para cada um deles. Começou-se a notar que a Educação Física não podia mais ser uma reprodução de outras ideologias, ela deveria ser pensada.

Nesse período começaram a produzir mais literaturas, proporcionando uma maior diversificação, modificando a situação da Educação Física contribuindo para que ela não fosse mais uma cópia de outras áreas, sem produção de conhecimento. A variedade de literatura e a realização de congressos e simpósios deram início a reflexões dentro da área, gerando debates e até mesmo discussões entre os autores, levando-a a uma crise interna, que dividiu a Educação Física em várias tendências.

Cada uma das tendências apresentava seus próprios conceitos e como os objetivos focados não eram os mesmos, criou-se muita rivalidade entre elas. As idéias de cada uma das tendências eram defendidas fielmente, o que deixava quente o clima nos debates. Apenas dois pontos uniam essas diferentes tendências, a preocupação e a necessidade de reestruturar a metodologia, as concepções e a pedagogia e a própria Educação Física que era o objetivo de toda a reflexão e debates.

Muitos autores contribuíram para a construção do debate e da produção científica da Educação Física. Alinhado ao grupo de idéias políticas de esquerda que lutou contra a hegemonia provinda da ditadura militar, estavam Vítor Marinho de Oliveira, Lino Castellani Filho e Celi Taffarel. Go Tani defendia uma abordagem desenvolvimentista que por se tratar de uma tendência que tratava sobre o lado biológico da pessoa, foi rotulado de reducionista. João Freire preocupava-se em fazer uma mediação entre o conhecimento acadêmico e a prática dos professores melhorando assim as aulas de Educação Física e tirando-a do atraso perante as outras áreas de conhecimento. Apontada por João Paulo Medina a reflexão na área e as diferentes formas de se pensar a Educação Física que geraram além de uma crise interna de reestruturação uma crise de identidade.

A produção de conhecimento e as pesquisas eram desenvolvidas primeiramente no CELAFISC que era dirigido e organizado por médicos, deixando pouco espaço para os profissionais envolvidos com a área. Esta falta de espaço para a participação de todos os envolvidos levou o médico Vítor Matsudo a fundar um novo ambiente de pesquisa e debates tendo a participação efetiva de todos os envolvidos, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Este colégio mais tarde tornou-se uma entidade da Educação Física e não mais um ambiente que congregasse os participantes específicos de cada subárea.

A preocupação do médico Vítor Matsudo com a manutenção da saúde e a prevenção de doenças através da atividade física, levaram-no a fundar também o laboratório de aptidão física que estudava o efeito dos exercícios na população brasileira, diferentemente dos laboratórios provindos da ditadura militar que somente se preocupavam em descobrir novos talentos.

As reflexões, os debates, as produções científicas, a variedade de literatura e principalmente as discussões para possibilitar uma reestruturação da área trouxeram a Educação Física novas perspectivas e com isso gerou uma crise dentro dela para que se buscasse uma identidade e uma legitimidade.

2.2.1 O debate político ideológico da Educação Física brasileira na década de 80

A sociedade brasileira, após 20 anos de ditadura militar, passava por muitas mudanças e vários setores da sociedade influenciados por esta mudança, organizaram-se para reestruturarem suas idéias.

A mudança vivida pela sociedade brasileira gerou uma discussão dentro da Educação Física. A falta de debate com outras áreas e os poucos pesquisadores que faziam parte do Colégio brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 1978, deixaram a área carente de reflexão e contribuíram para esse movimento de crítica.

A literatura presente nesse período baseava-se em publicações que tratavam de modalidades esportivas valorizando o técnico-tático, tratados de fisiologias esportivas e manuais de preparação física. Decorrentes da falta de literatura surgiram diferentes maneiras de se pensar a Educação Física o que resultou em discussões entre os profissionais da área.

A partir daí, surgiram publicações que passaram a refletir a atividade técnica ou biológica presentes, mais os fenômenos psicológicos e sociais que começaram a surgir dentro da Educação Física, construindo um debate acadêmico que objetivava o estudo da Educação Física e suas aplicações na área escolar.

As reflexões sobre os fenômenos psicológicos e sociais passaram a ter mais importância devido à influência que alguns professores tiveram no exterior durante seus

mestrados e doutorados e também a influência de outras áreas como a pedagogia, a psicologia, a filosofia, a sociologia, etc, trazendo uma visão interdisciplinar para a área.

A influência de outras áreas de conhecimento no processo de reestruturação da Educação Física fez com que ela perdesse sua especificidade, aparecendo, a partir daí várias tendências como a tendência humanista, onde Carl Rogers e Skinner eram seus idealizadores, a cinésiologia, 1984, idealizada por Inezil Penna Marinho tratando do movimento humano como base dos seus estudos e o construtivismo, de João Batista Freire tratando da motricidade.

A reflexão na área e as diferentes formas de se pensar a Educação Física geraram além de uma crise interna de reestruturação uma crise de identidade, apontada por João Paulo Medina. O surgimento de grupos antagônicos dividindo a Educação Física brasileira em duas e polarizando seus discursos travou uma discussão que tendeu para o lado pessoal, onde cada autor optava por uma tendência e criticava as demais.

Houve uma inquietação dos autores para que se construísse um pensamento científico dentro da Educação Física brasileira, lutando contra o paradigma da aptidão Física vigente no Brasil, se opondo a Ditadura Militar.

A influência de tantas correntes gerou um conflito pessoal entre os autores da Educação Física, onde o momento mais evidente desta crise pessoal e de uma ruptura na Educação Física Brasileira foi no fim da década de 1980, quando os autores pertencentes ao grupo crítico-superador obtiveram a hegemonia no Colégio brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e as outras tendências deixaram de frequentar o Colégio.

Esta ocorrência dividiu de vez a Educação Física em concepção biológica de natureza humana e a concepção cultural. Nesta primeira enquadravam-se os participantes da tendência desenvolvimentista e construtivista, na segunda os participantes da tendência crítico-superadora que tinham como objetivo desbiologizar a Educação Física e aproximá-la das Ciências humanas.

..."a natureza humana é ao mesmo tempo e indissociavelmente, biológica e cultural".(DAOLIO, 1998, pág 98).

João Paulo Medina deu um pontapé inicial na maneira de repensar a área, desenvolvendo formas de superação dos estragos provocados pela ditadura militar.

A Tendência desenvolvimentista, liderada por Go Tani, foi muito criticada, pois suas propostas não contribuíam para a transformação pretendida na Educação Física que tinha um tom mais político.

Entre as tendências presentes estavam a Ciência da Motricidade Humana, trazida ao Brasil pelo filósofo português Manuel Sérgio. Esta tendência obteve boa aceitação chegando a influenciar até mesmo na reformulação curricular de várias faculdades. Outra tendência muito forte foi a denominada Tendência Crítico-superadora, que lutava pelos ideais “marxistas” comprometendo-se com as camadas populares (político-social).

Na tendência Desenvolvimentista, defendida por Go Tani o desenvolvimento motor, a aprendizagem motora e o controle motor são os temas discutidos onde o objeto de estudo e aplicação é o movimento humano, integrando teoria e prática por meio de pesquisas (Pedagogia do Movimento) preconizando que nas séries escolares iniciais a promoção da aprendizagem do movimento deve ser feita pela aprendizagem das habilidades básicas, e por último a tendência Fenomenologia que se preocupa com os fenômenos da corporeidade, procurando compreender seus significados: o corpo vincula o ser no mundo permitindo compreender a indissociabilidade entre o sujeito e o objeto, onde o corpo deve ser compreendido, trazendo uma mudança de paradigma nas discussões.

Assim a crise da década de 80 na Educação Física brasileira, se manteve uma crise de ordem política e ideológica onde se criticou o papel conservador da escola e da Educação física no interior da sociedade, reforçando e reproduzindo o modo de produção capitalista, criticando o paradigma de aptidão física e dando ênfase na necessidade de articular um projeto político-pedagógico ao projeto histórico da classe trabalhadora e no compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

2.2.2 O debate epistemológico da década de 90

A crise na Educação Física se manteve na década de 90, mas não tinha mais um fundo político-ideológico. O deslocamento das problemáticas abordadas na área passou a ser de ordem epistemológicas, preocupando-se com a produção do conhecimento, buscando pela sua identidade. Contudo a Educação Física continuou polarizada, sendo agora denominadas como vertente científica e vertente pedagógica.

Após a polarização o que importava era a manutenção da ocorrência da mensagem que estava sendo transmitida, os professores de Educação Física, em sua maioria, não participava dessa discussão não discernindo um discurso de outro, apenas consumindo publicações e idéias pelas oportunidades, sem que houvesse uma reflexão sobre elas.

Na vertente científica aparecem às proposições da Ciência da Motricidade humana que segundo Manuel Sérgio seria a matriz disciplinar que poderia resolver o problema da indefinição epistemológica em que se encontra a Educação Física, a Cinésilogia que buscaria por uma área de conhecimento da Educação Física que corresponderia à disciplina curricular, segundo Go Tani, A Ciência do Movimento Humano que seria utilizada em várias áreas como a fisioterapia, a medicina, a enfermagem e não só pela Educação Física como Canfield propõe e por último as Ciências do Esporte.

A preocupação de todas as proposições da vertente científica era pela construção de uma área de conhecimento que tivesse o movimento humano ou a motricidade humana como objetos de estudo, assim Manuel Sérgio, Go Tani, e Canfield conferiram cientificidade à Educação Física.

Os maiores obstáculos a serem ultrapassados nesta vertente seria a abrangência/amplitude desses campos, tornando desnecessária a constituição de uma ciência específica já que possibilitam várias interpretações e explicações e a constituição de uma nova ciência não evitaria a fragmentação disciplinar.

Na vertente pedagógica as proposições referentes à cultura corporal de movimento: a prática pedagógica da Educação Física como eixo integrador e a Educação Física como Ciência da prática: do colonialismo epistemológico à articulação

de um campo interdisciplinar, onde Valter Brach e Gamboa a exemplo da pedagogia visualizam a possibilidade de se constituir uma ciência da prática, ainda nesta vertente aparecem às proposições a Educação Física como a arte da mediação, representada por Lovisolo que como o próprio nome propõe sugere a Educação física como uma arte de mediação entre as disciplinas e a teoria da educação física como um campo dinâmico de pesquisa e reflexão onde a busca da legitimidade deveria ser esquecida e o reconhecimento da profissão ser alcançado através de sua contribuição social, representada por Betti.

A preocupação em manter a Educação Física no centro de suas preocupações, “ponto de partida e de chegada” seria pelo fato deste ponto ser comum a todas as proposições ligadas a vertente pedagógica, já que há muita divergência e muita dificuldade de encontrar uma problemática teórica compartilhada ou um elemento integrador entre os representantes de cada uma das proposições.

As transformações de ordem político-ideológico (década de 80) e de ordem epistemológica (década de 90) em que passou e ainda passa a Educação Física brasileira, determinaram uma mudança de pensamento e essa mudança fez com que houvesse uma reflexão principalmente uma reflexão acadêmica que vem fomentando debates no interior dos cursos de graduação e pós-graduação física, além das entidades científicas da área.

3 CONCLUSÃO

A partir de elementos da constituição e do processo de formação profissional que envolveu e envolve a Educação Física no Brasil, pode-se compreender os motivos pelos quais não podemos responder pela legitimidade da Educação Física brasileira.

A história nos mostra, que o movimento no interior da Educação Física, no seu início, estava para além da Educação Física, uma vez que expressava o próprio momento vivido pela sociedade brasileira.

Ao observarmos a crise na Educação Física brasileira, iniciada no final da década de 70 e no início da década de 80, observamos que embates sempre travaram o desenvolvimento da educação Física enquanto área do conhecimento porque no Brasil sempre foi difícil amadurecer discussões profundas com diálogo aberto entre posturas diferentes. Como exemplo o empenho de algumas pessoas que na ânsia de verem sua ideologia prevalecer na busca de uma sociedade do jeito que sonhavam, passavam a maltratar quem não comungasse das mesmas idéias.

Relacionado com as propostas que estavam sendo feitas no sentido de denunciar a estrutura econômica, social e cultural, educacional existentes, depois de feita a denúncia ficou um vazio, não a tirando do atraso perante as outras áreas de conhecimento, sendo apenas mais um debate político.

Todas as culturas envolvidas no meio do debate acadêmico da década de 80 tiveram sua importância não cabendo analisar o mérito de cada proposta já que todos os discursos possuíam uma coerência interna.

O balanço do pensamento pedagógico brasileiro das décadas finais do século XX - e que cobra efeito ainda nos dias de hoje - revela uma situação ambígua. Por um lado avançou em relação a compreensão das complexas relações sociais que cercam a Educação Física, explicitando o aspecto político do ato docente e a necessidade de uma densa formação para o professor. Por outro lado permaneceu excessivamente preso as dimensões políticas e sociais amplas, desvalorizando o professor e seu cotidiano de trabalho.

A Educação Física, enquanto prática profissional e área do saber, sofreu e ainda sofre com o descaso e a sua má utilização, manipulando e alienando as pessoas afim de mantê-las impotentes diante das transformações da sociedade.

A partir do debate iniciado na década de 80, e apesar dos problemas existentes neste momento o debate começou a ganhar um sentido mais acadêmico e propositivo começando a surgir às propostas, e discutir-se sobre Educação Física. A pluralidade de opiniões e propostas, promovendo discussões constantes, foi fundamental para o avanço na reestruturação da área.

O debate iniciado dentro das Universidades foi o maior ganho e a maneira mais coerente de conseguir uma reestruturação e uma maior elucidação aos profissionais que ingressaram no mercado de trabalho. Isso nos mostra que o futuro da nossa profissão esta dentro das Universidades, por esse motivo é necessário reestruturar, em primeiro lugar os currículos das universidades, para que o mercado de trabalho receba profissionais cada vez mais qualificados para desenvolver seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, M T. *Influência da escola de educação Física do Exército na origem do currículo de Educação Física brasileira*. Revista Digital: Buenos Aires – ano 9 – no. 62, julho/2003.

BRACHT, V. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: A história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1989.

DAOLIO, J. *Educação Física brasileira: autores e atores da década de 1980*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FARA JUNIOR, Alfredo Gomes de e MELO, Victor Andrade de. *Arte popular e novas possibilidades de estudo da História da Educação Física e dos esportes*. Coletânea do I Encontro de História da Educação Física e do Esporte. Campinas, 1994.

KOLYNIAC FILHO, C. *Educação Física uma introdução*. São Paulo: EDUC: 1996.

LIMA, H. L. A. de. *Pensamento epistemológico da educação física Brasileira: das controvérsias acerca do estatuto científico*. Revista brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v.21, n. 2/3, p. 95-102, jan./mar. 2000

LUDKE, M e ANDRE, M.E.D.A. *pesquisa em Educação Física: abordagens qualitativas*. Capítulo 3: *Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental*.

MARCHI JÚNIOR, W. PILATTI, L A. *A possibilidade de construção de uma abordagem multidisciplinar da Educação Física; uma questão epistemológica*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, SC, v. 21, no. 1, p. 1286 – 1291, 1999.

MELO, Vitor Andrade. *Reflexões sobre a História da Educação Física no Brasil: uma abordagem historiográfica*. Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Belo Horizonte, 1996.

OLIVEIRA, V M de. *Consenso e conflito da Educação Física brasileira*. Campinas: Papirus, 1994.

REPPOLD FILHIO, A R. *A Educação Física em busca de identidade acadêmica: considerações históricas*. Vi Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física: caminhos, meios e estratégias para o desenvolvimento da pesquisa do esporte, lazer e educação física: coletânea – Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho: IHGB: INDESP, 1998.

SOARES, C. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. *Normas para apresentação de trabalhos*. Curitiba, 1992. pt. 6: Referências bibliográficas.